ATA

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SETUAGÉSIMO OITAVO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, PARA TRATAR DA LIBERAÇÃO DE HABITS, ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO E SANITÁRIO, EXPEDIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ECONOMIA, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E A SECRETARIA DA SAÚDE.

Às nove horas do dia onze de abril de dois mil e treze, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito a Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Segunda Audiência Pública** do Primeiro Período Legislativo de dois mil e treze, da Décima Primeira Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista. **Mestre de Cerimônia:** Convidou para compor a Mesa dos Trabalhos - Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, vereador **Leonardo Rodrigues Moreira**; Secretário Municipal de Economia, Planejamento e Finanças, Ilustríssimo senhor **Márcio Vinícius de Souza Almeida** (neste ato representando a Prefeitura Municipal); Excelentíssimo senhor autor do Requerimento que solicitou a Audiência Pública vereador **Antônio Adberto Resende Veras**; Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão da Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa, deputado **Francisco José Brito Bezerra**; Ilustríssimo senhor **Antônio José Leite** (neste ato representando a Secretaria de Fazenda); **Mestre de Cerimônia:** Fez a chamada nominal dos vereadores presentes para ocuparem seus lugares - **Abel Salvador Mesquita Junior** (neste ato representando o Sindiposto), **Adelino Dias de Sousa Neto, Alcinira Magalhães Mota Freitas, Alexandre Moreira**

dos Santos, Aline Maria de Menezes Rezende Chagas, Edvaldo Moura de Sousa, João Maria Mario Cesar Balduino, José Flávio de Matos, Júlio Cézar Medeiros Lima, Manoel Neves de Macedo, Marcelo Rodrigues Batista, Mauricélio Fernandes de Melo, Mayara da Silva Ferreira, Mirian dos Reis Melo, Paulo Bastos Linhares, Sandro Denis de Souza Cruz e Sandro Cavalcante França. Mestre de Cerimônia: Convidou para tomar assento no lugar de honra dentro do Plenário o senhor **Duan Rabelo** – Vice-Presidente da ADARR; senhor **Claudio Barbosa de Oliveira** - Presidente do Conselho Regional de Contabilidade; senhor **Marcos Camoeira** - representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA; Diretor de Engenharia senhor **Silvestre Lopes** – representando a Universidade Federal de Roraima; senhor **Ricardo Matos -** representando a Federação do Comércio do Estado; senhor **José Soares Belido** - Presidente do Sindicato das Empresas Contábeis; senhor **Jean Samaroni** - Conselheiro do CRECI; senhor **Veronildo Holanda** - representando a FIER; senhor **Jadir Correa da Costa** Presidente da Associação Comercial-ACIR, senhor **Félix Ferreira de França Neto** representando às Micro e Pequenas Empresas; senhor **Edimar Silva** Presidente do SINDIFARMA; senhora **Núbia Ribeiro** representando o SEBRAE/RR; senhor **Eduardo Marques** membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Mestre de Cerimônia:** Convidou a todos para ouvir a execução do Hino Nacional. Após a execução do Hino Nacional foi feita a leitura na íntegra do Requerimento de autoria do vereador **Edilberto Veras** que solicitou essa Audiência Pública. Em seguida passou a palavra ao vereador **Léo Rodrigues** Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista o qual fez a abertura oficial desta audiência. Cumprimentou a todos, e em nome de Deus e de acordo com o Regimento Interno desta Casa declarou aberta a Audiência Pública, que tem por finalidade debater com as autoridades a liberação de habits e alvarás de funcionamento e sanitário. Ressaltou que esta Casa apoia aos pequenos e grandes empresários; comunicou que passaria a palavra ao vereador **Edilberto Veras** por ser o autor do requerimento, e seria o mediador, iria conduzir os trabalhos no decorrer desta audiência. Vereador **Edilberto Veras** cumprimentou e agradeceu a presença de todos, disse que a Audiência Pública é uma atividade essencial de informação e oitiva da sociedade e entidades organizadas, identificar e debater desmandos sociais ampliando

as discussões, subsidiar a formulação e planejamento institucional e avaliar resultados; assegurar a observância por parte dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública e social aos direitos e garantias constitucionais. Foi nessa premissa e ancorado nas mais diversas abordagens feitas por pequenos e micro empreendedores individuais e pessoas de nossa comunidade que já vivenciaram e sofreram a experiência não só de tentar legalizar seu imóvel, na retirada de título definitivo, mas também em tirar seu alvará sanitário, alvará de funcionamento, ITBI, etc. Passando por laudo técnico do Corpo de Bombeiros e outras questões que certamente aqui serão levantadas, foi o que o fez com que requeresse esta audiência pública; entendendo que esse é um momento ímpar, para construir aqui através de um debate amplo e efetivo soluções conjuntas para estes projetos e estas propostas, serem otimizados, tendo uma maior celeridade e com isso permitam que o Município possa desenvolver suas ações de forma inteligente, com uma gestão empreendedora, trazendo um recorte positivo para que este problema que nos aflige e que causa sérios prejuízos, tanto para a população, como para o Município que deixa de arrecadar; estaremos dessa forma contribuindo para a administração municipal, na busca da prestação de um serviço público de qualidade, verdadeiro, e traga efetividade e eficiência que tanto queremos para o Município de Boa Vista, ressaltou que esta é sua intenção e sua meta. Em seguida pontuou as normas para o decorrer da Audiência – estipulou o tempo de cinco minutos para cada interventor previamente inscrito para se pronunciar; aos integrantes da mesa, dez minutos para as respostas; as perguntas e pronunciamentos foram feitas em bloco de seis, e em seguida passada a palavra aos convidados integrantes da mesa para fazerem suas explanações, na sequência cada vereador teve cinco minutos para fazer suas intervenções. Deu início aos trabalhos convidando o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade - CRC, senhor **Cláudio Barbosa de Oliveira** – cumprimentou a todos, parabenizou o vereador Edilberto Veras pela iniciativa e agradeceu o convite para participar deste evento tão importante para o Município, disse que o CRC tem inscritos em seu banco de dados, entre contadores e técnicos, mais de mil profissionais e cerca de duzentos escritórios de contabilidade atuando aqui no Estado, portanto, um órgão bastante representativo; expressou as dificuldades que esta classe enfrenta ao realizar trabalhos junto a Prefeitura e aos órgãos de

fiscalização do Estado; disse que um dos grandes problemas que enfrenta refere-se ao habits, alvará de funcionamento, e alvará sanitário. Principalmente ao habits que hoje é vinculado a questão da liberação do alvará de funcionamento, que quando é liberado é provisoriamente por tempo irrisório para que as empresas possam tomar as devidas providências e se desenvolver. Frisou que vivemos em um Estado relativamente pobre, que representa no PIB nacional valores que não trazem uma significância muito grande; o Município precisa gerar empregos, mas se prende na questão da constituição de empresas, dificultando assim o desenvolvimento dos empreendedores geradores de empregos e rendas; trazendo um retrocesso para o Município, isso vem acontecendo no decorrer dos últimos cinco anos, onde a dificuldade é imensa para conseguir constituir uma empresa. Com a "Junta Fácil" melhorou um pouco os trâmites em relação à Junta Comercial e a Secretaria de Fazenda, mas o empecilho que sempre tiveram como profissionais, infelizmente é quando chega à Prefeitura para a liberação do Alvará; ressaltou que o empresário quando loca um prédio para funcionar sua empresa, infelizmente devido a própria situação do Município que não tem as terras regularizadas, maior parte dos empreendimentos não tem o habits; e vincular a liberação de um alvará de funcionamento ao habits é muito delicado. Comunicou que fez um levantamento e constatou esses fatos junto ao Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, e a dificuldade é a mesma. Explicou que o habits é uma comprovação de que o local onde vai funcionar um estabelecimento ou residência oferece condições de segurança para as pessoas que vão de fato habitar ou exercer suas atividades empreendedoras. Levando em consideração que isso é uma situação que não vinha sendo efetuada há muito tempo em Boa Vista, e são procedimentos que devem ser colocados paulatinamente, acredita que o prazo para concessão de um alvará provisório até que esses habits sejam regularizados deveriam ser maior, para que o próprio empresário que precisa do alvará de funcionamento tenha mais tempo. Frisou que se preocupa muito com isso, mas gostaria de sensibilizar a Prefeitura e demais representantes de entidades presentes nesta audiência pública, para que seja dado um prazo maior do alvará provisório, para os empresários poderem trabalhar de forma melhor; e que o habits e ISS da obra possam ser parcelados para que o proprietário tenha condições de legalizar sua empresa, e trabalhar de forma correta, pois os valores

são bastante altos. Outro gargalo que apresentou foi sobre as empresas optantes do Simples, a Prefeitura não está obedecendo aos trâmites legais para que elas funcionem, porque uma empresa quando é optante do Simples, a Legislação no Art. 7º da Lei Complementar Nº 123/2006, reza que o alvará tem que ser emitido de imediato, ela foge um pouco as regras das outras situações específicas; em se tratando de micro e pequena empresa, a Prefeitura teria que emitir o alvará no ato da constituição da empresa; exceto quando a atividade que essa empresa vai desenvolver for de grande risco; o que não está acontecendo hoje no Município de Boa Vista. Finalizou expressando seu desejo que tudo isso que foi explanado, venha de fato acontecer e possam trabalhar juntos e de forma correta. Agradeceu! Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, senhor **Marcos Camoeira** – cumprimentou a todos, disse que habits não pode ser tratado pura e simplesmente como a cobrança de um tributo ou de uma taxa, o habits é muito mais importante do que isso, ele atesta as condições de habitabilidade de uma obra, de uma edificação; feita por um profissional legalmente habilitado, em que ele vai dar segurança ao proprietário e a população de que aquele imóvel está em condições ou não de ser habitado. Quanto às questões de acessibilidade da engenharia de segurança no que diz respeito ao combate a incêndio; relatou uma ação recente do CREA/RR, onde se deparou com uma Boate Kiss aqui no Estado, infelizmente a tragédia que aconteceu em Santa Maria no Rio Grande do Sul, ela não está longe de acontecer aqui também, infelizmente tudo isso funcionando com alvará de funcionamento, habits, e todos os laudos de inspeção; não é só uma questão de se atribuir uma taxa para que se emita então ao final uma licença, um alvará, ou seja, criar um obstáculo, uma dificuldade para o micro, pequeno e grande empresário; em algumas situações o CREA entende que existe a necessidade de que o pequeno seja estimulado, pois são eles que geram emprego e renda na capital, muitas vezes o CREA faz a doação de projetos, o engenheiro vai, faz o próprio laudo e doa, isso quando detecta que o proprietário não tem condições de contratar um serviço de engenharia; informou que conhece algumas experiências positivas pioneiras, onde o habits é vinculado a um laudo, existe algo chamado habits eletrônico, onde o profissional da engenharia ou o profissional da arquitetura elabora esse laudo, verifica as condições de adaptabilidade e segurança da

edificação, isso é feito eletronicamente através da Internet, esse laudo já serve como documento básico para que seja emitido um alvará precário; concorda que essa situação tem que ter um tratamento ainda melhor, de acordo com a Legislação Municipal, mas é importante que seja dito isso; recentemente vimos nesta capital um empresário que levou um prejuízo tremendo por causa de um incêndio, ele perdeu todo seu estoque, seu patrimônio, ele tinha todas as licenças de alvarás de funcionamento, e habits, mas não foi executada a inspeção da forma como deveria, por profissionais, legalmente habilitado. Outra situação bastante preocupante é a existência de um parecer da Procuradoria Geral de Finanças do Município, que diz que não havendo a comunicação do proprietário ou do responsável pela regularização da obra, ou do empreendimento, que de imediato seria emitido o habits. Vejam, se isso ocorrer, essas condições já citadas como: acessibilidade, segurança, a questão das instalações sanitária, instalação elétrica, do sistema de combate a incêndio, do plano de fuga, tudo isso fica em segundo plano; então, essas condições elas devem ser respeitadas; não é possível que o proprietário tenha um alvará de funcionamento, tenha o habits, sinta-se seguro, se isso na verdade não ocorre. Disse que o CREA/RR tem muito a contribuir junto a Secretaria Municipal de Finanças, junto a Prefeitura, porque temos em torno de dois mil e quinhentos profissionais, esses profissionais são os agentes necessários para que seja emitido o habits; enfatizou que fiscalizam em torno de quinze mil obras ao ano, e ressaltou que tem buscado entendimento com a Secretaria de Finanças já desde o ano passado, evoluiu já alguns pontos com os agentes de fiscalização, mas a fiscalização do Município não consegue enxergar nem dez por cento disso, há uma perda de arrecadação muito grande aí, são obras de valores altíssimos, que variam de cem mil a cinco milhões de reais; o habits também diz referência não só a obras residenciais, mas as obras públicas como esgoto, água, distribuição de energia, enfim, outras obras grandes em geral. Para o momento era esta a mensagem que tinha para os convidados e participantes desta audiência. Agradeceu! Diretor do Setor de Engenharia da Universidade Federal de Roraima, senhor **Silvestre Lopes** – cumprimentou a todos, enfatizou a importância do tema, já foi bastante frisado pelo vereador Edilberto, os problemas são muitos, a partir das definições desses problemas é preciso buscar as soluções, esse é o foco principal neste momento; informou que traz

a mensagem da Reitora, professora Gioconda, no sentido de que a Universidade Federal pode realmente estar contribuindo nesse processo das soluções. O habits como foi falado, é um documento que define e autoriza o funcionamento de um determinado empreendimento, se está adequado à condição de uso; e esta condição de uso está referendada a um documento que é o Código de Postura do Município da década de setenta, o qual precisa ser atualizado. Existe o problema com a definição do habits, que só pode ser emitido se tiver o documento do terreno, isso também é um problema, o efeito na realidade é em cascata; por que: se não tem o documento do terreno, não registrado, não tira a licença de construção, não tira habits, consequentemente não tem condição de fazer com que o empreendimento seja realmente utilizado e desenvolvido qualquer atividade nele, com segurança, conforto para o usuário e para a população em geral. Se tratando de prédios públicos, e também sustentabilidade ambiental, a Universidade Federal de Roraima está pronta para contribuir com as soluções desses problemas, podemos pensar em uma engenharia social, podemos pensar no apoio, do ponto de vista da legalização desses imóveis; finalizou dizendo que a Universidade está à disposição da comunidade e dos senhores vereadores para ajudar nessa temática. Agradeceu! Presidente do Sindicato das Empresas Contábeis, senhor **José Soares** – cumprimentou a todos, agradeceu ao nobre vereador Edilberto pelo convite, disse estar feliz e honrado por se lembrarem do Sindicato das Empresas Contábeis - SESCOM/RR, para contribuir com esta Audiência Pública; informou que os profissionais da contabilidade, representam o segmento empresarial e tem muitos problemas a falar; explicou que em outro momento já esteve falando com o Secretário de Finanças do Município, Márcio Vinícius, o qual sabe do seu desejo de contribuir para a melhoria dos serviços que a Secretaria de Finanças presta a sociedade. Fez algumas observações das dificuldades que os profissionais da área contábil incansavelmente reclamam no Sindicato; a questão do atendimento na Secretaria Municipal de Finanças; o SESCOM/RR entende que a classe empresarial de contabilidade que atende todos os setores no processo de abertura de empresa, merece um atendimento diferenciado, pois quando vão para fila ficam até duas horas na espera para serem atendidos. Precisam de um atendimento por agendamento; citou como exemplo a Receita Federal, onde há agendamento, bastam chegar cinco minutos

antes, passando os cinco minutos, você é atendido e o problema é resolvido. Porque não adotar esse sistema na Secretaria Municipal de Finanças. Disse que não é contra a cobrança do habits; o presidente do CREA foi muito enfático em falar da importância desse documento, mas porque dar apenas noventa dias, se a Prefeitura em noventa dias não consegue resolver esse problema; sugeriu um ano de prazo, para que os empreendedores consigam resolver todas as pendências e não serem obrigados a desistir; depois de um ano aí sim poderiam pensar em autuação. Sugeriu também um cadastro que vincule os profissionais da contabilidade na SEFAZ. Na Receita Federal toda empresa ela tem um cadastro de seu contador; na Secretaria de Finanças do Município qualquer cidadão é um contribuinte normal, não podem continuar assim, os profissionais de contabilidade tem uma responsabilidade tanto quanto o dono da empresa, eis aí uma sugestão, colocar um cadastro de contador para cada empresa, fazendo isso, certamente a Prefeitura vai poder cobrar mais e conhecer esses profissionais que prestam esse tipo de serviços; alvará provisório, por que só noventa dias, muitas vezes quando vão receber o alvará já está vencido. Ressaltou aos nobres vereadores que isso está na Lei, mas eles podem alterar; que a Prefeitura dê um ano ou mais de prazo, ela precisa resolver essa situação, o que não pode é o contribuinte continuar sendo prejudicado. Enfatizou o respeito que tem pela classe de Fiscais da Prefeitura, mas falta respeito com o contribuinte na demora da liberação dos processos, às vezes acontece de ficar em até trinta dias processos parados com o agente fiscal, isso é inadmissível, não podemos aceitar isso, pois atrapalha toda a sistemática dos prestadores desses serviços. Para finalizar disse que tem um documento chamado Declaração Mensal de Serviços – DMS houve um problema na Prefeitura, e foram perdidas todas as declarações que os contadores entregaram, disse que não é contra entregar novamente, mas quando vai buscar uma certidão, não sai à certidão para o cliente, porque tem que apresentar a DMS de novo, não está correto isso, que cobrem dos contadores de novo a DMS, mas não prejudiquem os clientes. Estão tendo muitos dissabores nessa situação; parcelamento do Simples Nacional, a empresa parcela pela Receita Federal do Brasil os impostos, específicos às empresas optantes do Simples, quando chega à Prefeitura não sai à certidão porque o sistema não está interligado, e aí vem àquela dor de cabeça terrível, provou-se que foi

parcelado, depois de muita discussão é que sai a certidão; não podem prejudicar os contribuintes. Encerrou agradecendo a todos por esta oportunidade! Conselheiro do CREA, neste ato representando a FIER, senhor **Veronildo Holanda** – cumprimentou a Mesa, e saudou os vereadores e demais participantes desta Audiência Pública, disse que participou este ano de duas reuniões na Prefeitura tratando desses assuntos, e notou a boa vontade e o interesse do Secretário Márcio, e dos demais que participaram, como a Procuradora do Município, e o Secretário de Obras, em resolver estes problemas. Frisou que as colocações apresentadas aqui são pertinentes, merecem serem realmente resolvidas, enfatizou que será questão de tempo. Em nome da Federação das Indústrias, parabenizou a Câmara Municipal de Boa Vista pela iniciativa. Agradeceu! Representante da Federação do Comércio – FECOR, senhor **Ricardo Matos** – cumprimentou a todos, em nome da Federação do Comércio agradeceu o convite, falou que seria breve porque desde o ano passado a FECOR junto com os seus sindicatos tem procurado a Prefeitura justamente para resolver essa situação de regularização fundiária; habits e IPTU. Informou que já conseguiram alguns avanços, e como disse o senhor Veronildo, também tiveram várias reuniões esse ano com a gestão; apresentou uma carta de compromisso que foi feita na Federação do Comércio em reunião entre os empresários da Federação do Comércio e na época a candidata a Prefeita e Vice-Prefeito, onde foi alencado trinta e um itens, desses, alguns já estão em andamento, o que seria o item oitavo com relação à gestão administrativa, foi dito aqui pelo Presidente do Sindicato dos Contabilistas, a informatização e agilização do processo administrativo, a criação de um fluxo, ressaltou que em reunião recente com o Secretário Márcio, teve a oportunidade de ver um organograma, um fluxograma que vai ser ajustado. Outro ponto que foi citado pelo colega da Universidade Federal, foi o Código de Postura, e também o Código de Obras que é de 1974, ambos tem de ser revistos; temos um contraditório de um Plano Diretor de 2006, de cinco anos, que já cabe uma revisão também; sabemos que é um processo lento e gradual. Em umas das reuniões com a gestão do município foi criado um grupo de trabalho, para poder agilizar em caráter de urgência esse processo de regularização, e estão conseguindo. Foi dito aqui a respeito do alvará precário, alvará provisório, já se evoluiu; frisou sobre o alvará do comércio na BR 174, 401, Avenida Venezuela, Guiana

e Avenida Brasil que é um pleito que fizeram no ano passado e já foi atendido, não é o ideal, mas é o início de uma solução. Então a classe empresarial já estava preocupada com essa situação de habits e IPTU; o alvará precário, foi feito um levantamento pela Federação em áreas não regularizadas e entenderam que não é justo a pessoa ter um comércio, a necessidade do comércio, e não ter um alvará de funcionamento. Já temos um posicionamento não do alvará precário, mas do alvará provisório com cento e oitenta dias que ele vai influir; frisou que o único pedido que faz é para que não cobre duas taxas para essa renovação, que seja feita uma diferenciação desse processo. Ressaltou que não queria ser repetitivo, mas seria interessante que fosse começada a fiscalização e exigência de acessibilidade, ponto de fuga, pelos próprios públicos. O comércio aponta que tem prédio com trinta anos e a nossa cidade agora que está revitalizando o comércio, então, que fosse adequado de acordo com as condições. Para a questão do habits já tem a solução que é quem apresentar os cinco últimos IPTUs, fica isenta do habits, é questão de praticidade processual. Disse que acredita muito nessa gestão, na qual está fazendo parte de um grupo de trabalho hoje de busca de solução, e todos os anseios que apresentou está acontecendo, as ações sofrem ajustes, nada disso é feito de um dia para outro, mas sentiu muita receptividade; é testemunha e sabe da importância de uma atuação conjunta entre o empresário que é o contribuinte, a população, e o Poder Público. Agradeceu aos senhores vereadores por esta audiência e ressaltou que a Federação do Comércio está aberta para ser um templo de debates e sugestões, e que são parceiros de solução. Vereador **Flávio do Padre Cícero** solicita ao nobre colega Edilberto Veras para que registre a presença no Plenário desta Casa, do ex-vereador Otoniel Ferreira de Souza, o qual contribuiu muito com o Município de Boa Vista, e é também um conhecedor a fundo das questões fundiárias do Estado de Roraima, e se era possível também ouvi-lo nesta audiência. Vereador **Edilberto Veras** disse que já o tinha convidado antes, é pessoa ímpar que conhece todos os gargalos do Município e será uma honra ter sua participação nesta audiência. Presidente da Associação Comercial e Industrial do Estado de Roraima – ACIR, senhor **Jadir Correa da Costa –** cumprimentou a todos, disse que a Associação Comercial é uma representante de todo e qualquer empresário, não só do comerciante, particularmente dos pequenos empresários, dos guerreiros; esclareceu alguns pontos,

dizendo que o empresário roraimense não quer nada de graça, e nem quer que os órgãos públicos deixem de cumprir as leis para atendê-los; a Associação já vem reivindicando esse caso do habits e do alvará desde o ano de 2010, desde a administração passada, infelizmente não lograram grande êxito; também não querem que a Prefeitura atualmente mude as regras; se ela foi omissa no passado, não queira exigir que o comerciante volte vinte anos atrás e refaça tudo de novo. Por exemplo, o empresário que já tem um prédio, um imóvel qualquer, onde gostaria de colocar para funcionar um comércio, teria que refazer tudo de novo, é muito difícil essa situação. O que querem é que a Prefeitura reconheça o seu erro lá atrás, porque se ela não cobrou, o problema não foi do pequeno empresário, essa que é a realidade; antigamente era difícil abrir uma firma, demorava mais de um ano; brigou-se, e com muita batalha os resultados apareceram, criou-se a "Junta Fácil" lá na Junta Comercial, e hoje não tem mais dificuldade, e ninguém deu nada para o empresário, não deixaram de cobrar os impostos e taxas, simplesmente fez funcionar, é isso que o empresário quer principalmente o pequeno empresário. Enfatizou que a Prefeitura reveja essa situação, pois conhece imóvel em Boa Vista que possuem dois títulos definitivos, um dado pela Prefeitura e outro pelo Governo Estadual, naqueles velhos tempos, e os senhores também são conhecedores dessa realidade, e o pior é que muitas vezes nenhum desses dois títulos tem valor algum. Ressaltou que o comércio em Boa Vista deslanchou, cresceu bastante, está alegre porque hoje em Boa Vista tem praticamente tudo que se precisa, não havendo necessidade de se deslocar para outras capitais a fim de fazer compras, temos tudo aqui e com o mesmo preço. Disse que está trabalhando, e com esta nova gestão que abre esse canal de diálogo, já é um bom sinal; informou que já tiveram esse ano duas reuniões após a Prefeita Teresa Surita assumir, e essas reuniões avançaram muito, boa parte dos problemas já está sendo resolvido, isso é muito bom. Agradeceu ao Secretário de Finanças Municipal, senhor Márcio Vinícius pelo diálogo com os comerciantes, pela abertura das portas da Secretaria a esta classe, e através das reuniões que tem acontecido às soluções estão aparecendo, precisa-se mais, acredita que com esta Audiência Pública os senhores vereadores vão se sensibilizar e ajudar as entidades aqui representadas. Obrigado! Vereador **Edilberto Veras** – abriu uma exceção para ouvir o ex-vereador **Otoniel**

Ferreira de Souza cumprimentou a todos, primeiramente disse que muito lhe preocupa a ausência da chefa do Executivo Municipal, porque dela é que sai o veredito final para resolver essa situação, mas tem certeza que os representantes do Executivo Municipal aqui presentes deverá levar a ela as informações, pelo menos as mais importantes que deva ser apuradas nessa Audiência Pública; daqui deve sair da lavra dos senhores vereadores um informativo para que a Excelentíssima Prefeita possa atentar para detalhes interessantes que tem o Município de Boa Vista, "é um caso sui generis no Brasil" contrariando os preceitos constitucionais do Art. 180, § 1º, que diz que o Município é a autoridade para emissão de título definitivo dentro do perímetro urbano, suburbano e de desenvolvimento urbano; em Boa Vista, o Governo do Estado de Roraima emite título nos Bairros dos Estados, Liberdade, Pricumã e parte do Bairro de São Francisco, dividido no meio, isso realmente contraria os princípios constitucionais, inclusive coloca em dúvida as casas creditícias sobre a validade ou não de um título definitivo. Recentemente o Procurador do Município tornou sem efeito o reconhecimento ao uso do título de aforamento, e acha que só tem validade o título definitivo, esquecendo que a "Enfiteuse" com ela a partir de 1974 foi extinto o título de aforamento, mas os maiores problemas que temos é que oitenta e cinco por cento dos imóveis da cidade de Boa Vista estão em situação irregular, quer tenham título e não registram, se tem título o registro não está averbado no Cartório de Imóveis, e daí começa o grande problema; disse que quer dar o mínimo de sua contribuição como cidadão comum, e esta ofertando um pouco de seu conhecimento, até porque neste ato não representa nenhuma instituição; há trinta e dois anos trabalhando na questão fundiária, através do Projeto de Lei Nº 580, de 29 de outubro de 2000, na época em que era vereador, dando ao Município a obrigatoriedade da concessão do habits a todos os imóveis com mais de cinco anos de edificado; informou que o Município embrenhado no não conhecimento e na má vontade, e ainda tem um monte de tecnocratas que torna quanto mais difícil melhor para concessão desses habits. Apresentou a cópia do requerimento para receber o habits, de imóvel com mais de cinco anos, e a lista de exigência da Prefeitura é enorme: planta; documentos pessoais; ART do CREA; relatório técnico dos documentos junto ao CREA; jogo de planta. Frisou que o Município dificulta para o cidadão comum, resolver esta questão, que, aliás, já é

garantido em Lei. Sugeriu aos ilustres edis para que tente junto ao Município para que seja feita a planta genérica de valores da cidade de Boa Vista, e também o recadastramento da cidade, pois temos inúmeros bairros que não se encontram implantados na Divisão de Cadastro Imobiliário – DCI, o Município perde receita por isso; outro aspecto, há bairros na cidade de Boa Vista que estão como se fossem zona rural, isso seria muito interessante, tentar-se retornar ao "status quo" como foi implantados no Plano Diretor de 1999, a zona urbana da cidade de Boa Vista, trata-se dos Bairros Operário, parte do Bairro Hélio Campos, Silvio Botelho, Aracelis e parte do Bairro Silvio Leite; eram essas as informações que tinha a ofertar aos senhores vereadores e demais participantes dessa audiência. Espero que saia desta Audiência Pública, uma carta com os resultados a ser encaminhada a Excelentíssima Prefeita, para que ela possa se sensibilizar juntamente com os seus Secretários para resolver essas questões. O colega Ricardo Matos falou de um encontro com a gestão do Município acerca desses fatos, ressaltou que o DENIT é um dos órgãos para resolver a concessão de habits na Avenida das Guianas, Avenida Brasil e Avenida Venezuela, todos os empresários ali instalados passam por dificuldade e a concessão desses alvarás provisórios de um ano proposto aqui, é uma das maneiras sensatas, para que esses cidadãos possam tentar resolver essas questões. Ofertou também a esta Casa a Planta Genérica de Valores da Superintendência das Terras da União – STU, que é quem elabora o Valor da Terra Nua – VTN, área por metro quadrado desses terrenos, e para daqui pra frente poder se aplicar também dentro da área do Município de Boa Vista com todos os logradouros. Agradeceu pela abertura para falar como cidadão comum, e disse que essa seria a sua humilde contribuição a vossas excelências. Vereador **Edilberto Veras** sugeriu aos colegas vereadores em um momento posterior possam sentar junto a entidades de classe para começar a ver essa problemática, e que cada entidade também faça o seu relatório para que em momento oportuno possam sentar e discutir e com certeza vão resolver esses problemas contando sempre com a boa vontade da nossa Prefeita e de seus Secretários. Presidente do Sindifarma, senhor **Edimar Pereira Lima** – cumprimentou a todos, disse que está feliz porque o Sindifarma é uma instituição filiada a Federação do Comércio, que de lá surgiu uma central de negócios para que pudessem sobreviver e ofertar medicamentos com uma

condição acessível a todos os moradores do Estado de Roraima; é um Sindicato que briga constantemente e participa da Câmara de Comércio Brasileiro Farmacêutico para que no futuro, não seja cobrado impostos sobre medicamento do consumidor; ao mesmo tempo fica triste pelas dificuldades que existe como todos os colegas que lhe antecederam citaram, para se ter uma ideia este nicho de mercado é um dos mais regulamentados do Brasil, porque não dizer, é o maior; em todas as circunstâncias difíceis da sociedade, o primeiro para-choque é o atendente da drogaria. Ressaltou a dificuldade dos consumidores em adquirir um medicamento na falta de uma prescrição médica, porque existe uma Lei que proíbe a venda, e nem sempre as pessoas encontram médicos para atendê-las. Criam-se leis para dificultar a vida do consumidor e em momento algum é consultado. Continuou dizendo que habits é um documento primordial e obrigatório, pois traz segurança para o empresário, colaboradores e a sociedade em geral, que façam como já foi solicitado nesta plenária, dê um prazo para que todos possam se adequar. Frisou que veio a esta Casa para discutir, trazer os problemas em cena, é aqui que se resolve; chamou a atenção dos senhores vereadores, que são eleitos pelo povo, e que é do conhecimento de todos, que aqui é que se fazem as leis para que os contribuintes cumpram, mas não são convidados para discutir as peculiaridades delas e as dificuldades que a sociedade vai enfrentar. Solicitou aos edis que olhem com bons olhos para a classe empresarial, são geradores de empregos, não podem parar, pois ao final do mês tem despesas a pagar; frisou ter a sensibilidade a tudo que já foi relatado nesta audiência; finalizou dizendo estar consciente de que juntos acharão, uma alternativa para que o empresário tenha sucesso e continue gerando empregos. Agradeceu! Representante do Sindiposto, vereador **Abel Galinha -** cumprimentou a todos, disse que será breve, pois várias questões importantes já tinham sido explanadas, inclusive uma verdadeira aula técnica exposta pelo ex-vereador Otoniel, um grande conhecedor dos problemas desse Município. Informou que neste ato falaria como empresário; concordou com o colega Edimar quando disse que são os maiores geradores de empregos do Município e do Estado, e que a Federação muito bem se expressou quando disse que as dificuldades são muitas, e é conhecedor disso. Falando como vereador ressaltou que está tentando juntamente com a nova administração adequar todos os empresários e pessoas que

tenham dificuldades; procurando ajudar esta nova gestão fazer uma boa administração, e sem dúvida nenhuma, já vão ser colocadas em prática algumas das ações deliberadas como os novos alvarás provisórios, inclusive gostaria de sensibilizar o Secretário quanto ao prazo de cento e oitenta dias ainda é pouco; pediu também que quando o empresário for fazer a renovação deste alvará não seja cobrada outra taxa; disse que parte da população vê o empresário como vilão, e não é nada disso. Contou que também está tendo a oportunidade de fazer parte da classe política e desenvolver um bom trabalho e conciliar uma coisa com a outra, é uma experiência nova, muito difícil, mas sem dúvida pode conciliar. Agradeceu o convite do nobre colega vereador Edilberto Veras pela tamanha importância dessa Audiência Pública, e está convicto que vão conseguir resultados positivo. Representante do SEBRAE/RR, senhora **Núbia Ribeiro** – cumprimentou a todos, e em nome da Superintende Luciana Surita agradeceu pelo convite; citou a Lei Nº 1.259, de 23 de setembro de 2010, que aborda o tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas no Município de Boa Vista, atualmente temos os quinze municípios do Estado, com a Lei Geral regulamentada, faltando ser implementada, tendo um dos itens desta Lei que trata da desburocratização, exatamente isto que está sendo debatido nesta audiência, que traz o tratamento diferenciado para micro e pequena empresa através do alvará, do habits, não somente para o micro e pequena empresa, mas também para o empreendedor individual, a Lei já contempla essa parte de desburocratização. Parabenizou o Secretário de Finanças do Município, senhor Márcio Vinícius que está sempre muito aberto para solucionar essas questões e desburocratizar realmente. Falou da oportunidade que teve, de fazer uma visita técnica em Belo Horizonte/Minas Gerais, onde existe o BH resolve que disponibiliza uma central de atendimento único para o cidadão, aonde ele vai nesse lugar e é atendido com relação a abrir uma empresa, alvará, habits, ou seja, todo procedimento que o cidadão necessita; citou a Junta Comercial, e informou que está em esforços constantes juntamente com o subcomitê da REDESIM na pessoa do senhor Tom Zé que é o presidente, onde estão trabalhando para terem um sistema único de entrada de cadastro de empresa; para cadastrar uma empresa não é fácil, para se manter, mais difícil ainda. Comunicou que o papel do SEBRAE é justamente apoiar à micro e pequena empresa e faz parte o alvará, o

habits, a parte de desburocratização. Aproveitou para fazer o convite a todas as instituições a fazerem parte do comitê e do fórum da Lei Geral da micro e pequena empresa que trabalha esta parte da desburocratização que vai facilitar a vida de todos; sabe da necessidade que o pequeno empreendedor tem quando vai emitir o alvará, há a necessidade de ter um tempo maior com relação ao alvará provisório, até sair o definitivo. Comentou sobre a Inclusão Produtiva através do empreendedor individual, é um projeto da Presidenta Dilma, aonde todo Brasil abraçou esse projeto; aqueles que trabalhavam na informalidade o vendedor de churrasquinho, a manicure, o ambulante tiveram a oportunidade de ter um CNPJ, de ter um faturamento, sair da informalidade, e com esse processo de indução estarão gerando mais emprego, mais renda, e consequentemente desenvolvimento para o nosso país. Obrigada! Representante da Associação dos Distribuidores e Atacadistas do Estado de Roraima - ADARR, senhor **Duan Rabelo** - cumprimentou a todos, parabenizou a postura desta Casa em ter acatado da sociedade roraimense que está muito bem representada nesse plenário para discutir os assuntos pertinentes à classe empresarial; como já foi dito aqui, este Estado ainda é muito novo, e por ser novo, cometeu muitos erros, e isso é necessário ser reconhecido. Disse que acredita que a Excelentíssima Prefeita por ser uma mulher extremamente inteligente, conseguirá perceber e resolver essa questão do tão conhecido habits, do alvará, e das licenças ambientais. Defendeu que é inadmissível o que está acontecendo com a classe empresarial, uma vez que o Poder Público tanto fala que quer acabar com a economia de contracheque, mas estamos vivenciando hoje uma realidade que não condiz com esse pensamento, pois empresários que geram empregos nesse Município, que tem suas estruturas montadas nesse Estado, tem suas famílias aqui, recolhem seus encargos, estão tendo de fechar seus estabelecimentos. Se continuar assim, acabarão com a classe empresarial que são a mola propulsora desse país; os que mantêm o Poder Público, pagando inclusive os salários de cada um dos vereadores desta Casa; por que continuam sendo tratados dessa forma? Disse que acredita e defende a iniciativa privada, informou que é empresário a vinte e três anos operando com o mesmo CNPJ, e que gera trinta e seis empregos diretos e não vive dependendo de asas políticas para manter sua empresa funcionando. Frisou não aceitar o que está sendo feito; oficinas mecânicas e empresas de comunicação visual

estão sendo embargadas pelo Poder Público, e os empresários estão demitindo seus funcionários, e estão sem honrar seus compromissos com seus fornecedores porque foram impedidos de trabalhar de forma decente. Ressaltou que a missão dos vereadores, é na verdade um desafio, fazer com que o Poder Público Municipal funcione. Não está defendendo a ilegalidade dos processos, está defendendo que seja feita de forma coerente, que seja implantado neste Município, o que chamam de meritocracia, onde os servidores públicos serão remunerados pelo desempenho de cada um nas suas funções; sabe que o ato de fiscalizar do Poder Público ele é rápido e é rasteiro, porque o setor privado não depende de recursos para brigar com o Poder Público. Disse que a entidade a qual representa ADARR está filiada a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores – ABAD, que tem uma grande missão nesse país porque são eles que levam para a nossa mesa aquele alimento que consumimos através das distribuidoras. Concluiu dizendo que o Poder Público pode, se quiser resolver essas pendências que estão hoje aniquilando os empresários de Roraima. Agradeceu! Representante das micro e pequenas empresas do Município de Boa Vista, senhor **Félix Ferreira** – Cumprimentou a todos, agradeceu e parabenizou os senhores vereadores que contribuíram para que essa audiência se realizasse, e disse que o Município de Boa Vista está precisando muito dos senhores, assim também os micro e pequenos empresários espera contar a com a colaboração e empenho de vossas excelências, porque foi para isso que o povo os elegeu, para que todas essas pendência aqui citadas possam ser resolvidas, esperando agora o retorno com o trabalho para desenvolvimento do Município. Destacou que os micro e pequenos empresários do Município de Boa Vista não são contra os alvarás sanitários, e nem os habits, muito pelo o contrário, são a favor do alvará sanitário porque entendem que eles necessitam desse documento, só não podem aceitar a maneira como ele está sendo exigido do pequeno e do micro empresário. Ressaltou que não é agora, porque pegou fogo lá em Santa Maria/Rio Grande do Sul, que o Poder Público atropela todo mundo, passa por cima e vai fazer de qualquer maneira, isso é inaceitável; e na qualidade de representante dos micro e pequenos empresários solicita ao Poder Municipal, mas primeiro disse que é lamentável a ausência da Prefeita, porque, neste ato está representando uma categoria que representa setenta e três por cento dos empregos

neste Município, então era de fundamental importância que a Prefeita estivesse presente nesta audiência; mesmo assim, gostaria que os representantes da Prefeita nesta audiência, pudessem levar a preocupação dessa categoria com a forma, como os trabalhos estão sendo conduzidos no Município; e lembrou do slogan usado em campanha pela Prefeita, o coração, desejou que ela realmente governe com o coração. Lamentou também a situação de alguns companheiros que tiveram seus estabelecimentos fechados, e frisou que na condição de representante dessa categoria vai buscar meios para que os micros e pequenos empresários possam ter de volta o meio de sustentar suas famílias. Sugeriu a Prefeita que ela use essa mesma equipe que está usando para fiscalizar e lacrar as empresas em nosso Município, para orientar os nossos empresários. O Poder Público precisa olhar o micro empresário como uma criança que está aprendendo a andar. Informou que está há vinte e dois anos no mercado varejista e nunca lhe foi solicitado o alvará sanitário, no entanto agora a Prefeitura resolve exigir o alvará sanitário e dá trinta dias em alguns casos, sessenta ou noventa dias em outros casos, mas isso é insuficiente, porque como todos sabem a própria Prefeitura não está preparada para atender a demanda, em face do exposto; conta com a sensibilidade do Poder Municipal. Agradeceu! Representante da Secretaria de Fazenda do Estado, senhor **Antônio José Leite** – Cumprimentou a todos, exaltou o trabalho do vereador Edilberto Veras que desde 1996, já vinha empunhando essa bandeira, na época, Lei Nº 124/2006, lei dos micros e pequenos empresários, lá estava este que hoje é vereador, na batalha, e vejam os frutos sendo colhidos, quase duas décadas depois. A Secretaria de Fazenda assim como demais órgãos fazendários, ela necessita do alvará de funcionamento para convalidação dos eventos cadastrais, seja cadastramento, alteração, suspensão, reativação, baixa, etc. Como é de conhecimento de todos, é visto como um gargalo. A Legislação prevê uma inscrição condicional do prazo de trinta dias, ocorre que com trinta dias muitas vezes os problemas na Prefeitura não são sanados, o que lhes obriga a usar a discricionariedade não afrontando a lei, estender o prazo. Entretanto, é importante ressaltar que o momento é outro, diferentemente do ano passado quando as portas da Secretaria de Finanças estavam cerradas para todos os flancos da sociedade, hoje só em estarem aqui nessa audiência, numa voz uníssona já mostra que tudo mudou, e

isso já tem sido discutido, em quase quatro meses dessa nova gestão, através do Secretário Márcio Vinícius, e de várias reuniões, formação de grupo técnico, ao ponto de unificar quinze órgãos para que os eventos cadastrais sejam formatados de forma eletrônica, com aporte do SEBRAE, com a junção da Receita Federal, órgãos estaduais e municipais e demais entidades. Concluiu dizendo que o ano de 2013 será um ano repartidor das águas nesse novo formato de evento cadastral, e a Secretaria de Fazenda assim como demais viés da sociedade, todos se beneficiarão desse novo sistema. Agradeceu! Presidente da Comissão de Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, deputado **Brito Bezerra** – cumprimentou a todos, parabenizou o autor do Requerimento, vereador Edilberto Veras por este ato em prol da classe empresarial desse Estado. Disse que o Poder Público existe para servir a sociedade, assim como cada um dos líderes de entidades e políticos presentes nesta audiência, que foram escolhidos pelo povo, tem a obrigação de atender as demandas da sociedade; relatou de maneira breve um acontecimento de seis meses atrás referente à habits e alvarás neste Município, foi procurado por representante da Secretaria de Saúde Municipal e lhe foi relatado ainda na gestão anterior que trezentos e sessenta estabelecimentos comerciais iriam ser fechados em nosso Município, sob o argumento de que eles não tinham o alvará sanitário; procurou imediatamente o Prefeito, juntamente com os Secretários de Finanças, Saúde, e Obras, e fez uma reunião argumentando que trezentos e sessenta estabelecimentos comerciais fechados nesse Município, seriam trezentos e sessenta famílias desempregadas, e mais seus colaboradores, que também estariam sem empregos. Ficou sabendo que alguns supermercados que tinham setecentos colaboradores, iriam ser fechados; chegaram a um entendimento que esses empresários fossem convidados para que juntos entrassem em consenso, fosse dado um prazo para os mesmos se regularizarem; conseguiu dessa forma que a operação não fosse deflagrada. Mas, porém, há poucos dias se deparou com o fechamento de alguns supermercados neste Município; mas ocorreu de maneira errônea, e o próprio poder Judiciário mandou reabrir. Ressaltou que os empresários têm a boa fé e a boa vontade de trabalhar dentro das especificações atendendo a legislação, mas é preciso desburocratizar tudo isso, porque além de enfrentar a maior carga tributária do mundo aqui neste país, ainda

enfrentam essa burocracia toda para que suas empresas funcionem, gere empregos, renda, enfim, atenda a legislação e seja ainda mais propulsor da economia do Município. Frisou que como Presidente da Comissão de Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa, já teve uma conversa com o Presidente da Câmara Municipal, vereador Léo Rodrigues e os nobres vereadores desta Casa, para sentarem com os Secretários Municipais, e com a Prefeita; lamentou a ausência da Prefeita nessa Audiência Pública, disse que a presença dela demonstraria respeito a essa Casa e a todos os empresários que se fazem presentes com suas demandas. Enfatizou que o Legislativo propõe e cobra, mas a canetada final é do Executivo; mas tem certeza que o Secretário Márcio Vinícius, levará a demanda desta classe empresarial ao conhecimento da Prefeita, e pediu apoio e colaboração de todos os vereadores para que possam juntos resolver esses gargalos, e deflagrar no Município e no Estado de Roraima, o desenvolvimento tão sonhado para melhorar a qualidade de vida da sociedade roraimense, se colocou à disposição de todos, e as demandas que forem em nível de Estado estará prontos para atendê-las. Agradeceu! O senhor vereador **Edilberto Veras** abriu espaço para os nobres vereadores fazerem suas colocações; vereador **Júlio Cézar** – cumprimentou a todos, agradeceu o convite e elogiou a coragem do colega vereador Edilberto Veras em promover essa Audiência Pública; disse que estava participando não só na condição de vereador, mas também como Diretor da CDL; enfatizou que como Primeiro Secretário desta Casa, consegue fazer muito pouco; informou que já fez mais de cinquenta Indicações para a Prefeita Teresa Surita, que além de não responder as solicitações desta Casa não teve o respeito de comparecer nessa audiência. Informou que no primeiro mês de mandato foi criada uma Comissão, tendo o vereador Flávio do Padre Cícero como presidente, para tratar sobre os ambulantes, e estava de posse em suas mãos de uma solicitação, onde solicitaram o prazo de um ano para ser regularizada a situação dos ambulantes e até agora não teve resposta; apresentou também notificações de duas oficinas que foram lacradas no Bairro Brigadeiro, dia dez do corrente mês, porque não tem a licença ambiental; esse é um problema que vem se alastrando no Estado de Roraima. A Excelentíssima Prefeita disse que ia gerar quinze mil empregos, até agora só na Saúde foram mais de mil exonerações; disse que fica preocupado, ser político é difícil, porque quando cobra

muitas vezes as portas se fecham, e aí quando as pessoas lhe procuram e pedem para conseguir alguma coisa, conseguir emprego, mas disse que tem de fazer o papel de vereador, não pode se esconder. E o que percebe é que, o alvará de funcionamento em Boa Vista está sendo vinculado com o habits para prejudicar; disse que o presidente do CREA está certo quando diz que tem que ter o habits, pois é para prevenir acidentes, mas não tem como pensar em mudança na economia de contracheque se não valorizar quem é comerciante; informou que há três anos tinha mais de setenta funcionários nas suas quatro lojas, fechou por dificuldade; ser comerciante é difícil, mas ser político é ainda mais; que o CREA continue cobrando o habits, mas que a Prefeitura passe a não atrapalhar o desenvolvimento dessa cidade. Dizem que Roraima vive do contracheque, mas não é verdade, afirmou que quem mais gera emprego nesse Estado é o comerciante e é tratado como marginal, como bandido; disse nunca ter visto uma pessoa querer trabalhar e não poder, e se continuar assim vai ficar difícil; Disse que é muito bom ver todas as associações nesta audiência, agradece por isso, e tem certeza que ao retornarem às sedes, cada representante, cada empresário encontrará em sua empresa, uma secretária com um cafezinho ou uma água, mas lá nos bairros, onde está sendo gerado pela Prefeitura o desemprego; é um ambulante que não pode vender bebida devido a um Código de Postura do ano 1974, e quando chega a noite vai ter alguém invadindo a sua residência, pois precisa se sustentar, mas tem que fazer isso, porque não pode trabalhar e teve que fechar o comércio; é isso que está acontecendo. É revoltante ver um pai de família ver o filho precisando de comida e não poder correr atrás, porque não pode trabalhar. Com isso não pretende ofender ninguém, nada pessoal, mas o que acontece é que quando vai a um supermercado, ou a uma oficina de carro as pessoas lhe abordam cobrando, dizem que alguma posição tem de ser tomada; frisou que o vereador pode cobrar, falar em Plenário, mas mudanças têm de vir do Executivo com Projetos enviados a esta Casa para ser aprovados ou não, é isto que o vereador pode fazer em prol da sociedade. Sugeriu que os representantes de associações ou federações acompanhassem seus afiliados lá nos bairros na hora de lacrar seus estabelecimentos. Indagou porque a Prefeitura não cobra alvará de saúde dos prédios, dos postos de saúde que são alugados para a Prefeitura. Disse que visitou uma secretaria e ela não tem o alvará,

não viu nenhum alvará exposto na parede; o posto de saúde está funcionando, mas não tem alvará, e o empresário que gera emprego tem de fechar as portas porque não tem alvará; destacou ser esse o quadro atual. Finalizou dizendo que a Câmara Municipal está unida, irmanada em um só pensamento, o Presidente, os líderes da Prefeita e os demais vereadores, estão sentindo o que o povo está passando. Agradeceu! Vereador Edilberto Veras informou ao colega Júlio Cézar que tem acompanhado e realmente é dramática a situação do micro e pequeno empresário. Vereadora **Nira Mota** – cumprimentou a todos, parabenizou o colega Júlio Cézar e disse que nesta Casa ele tem parceiros, estão todos juntos e com o mesmo propósito; salientou ao senhor Edimar Lima, Presidente do Sindicato das Farmácias, que os vereadores estão nessa audiência para ouvir a demanda dos empresários e para procurar a solução. Pode contar com a ajuda desse colegiado, para isso foram eleitos, é uma obrigação. Colocou-se a disposição e agradeceu pela oportunidade. Vereador **Sandro Baré** - cumprimentou a Mesa e a todos os representantes de sindicatos e classe empresarial presente, disse que esses gargalos começam quando os próprios vereadores chegam às secretarias e não são reconhecidos, assim também como os representantes de classes, parte daí o entrave. Outra situação colada pelo vereador foi a do empresário do ramo imobiliário quando eles vão fazer um loteamento, eles pagam o valor bruto, ou seja; eles pagam pelas ruas que eles mesmos limparam; pagam pelo o canto morto, pela praça; por conta de uma Lei antiga, e por conta de interpretação feita de maneira errada pelos secretários de gestões passadas. Colocou-se a disposição de todos os empresários do ramo imobiliário para fazer uma Indicação, entrar com uma Emenda, e espera lotar outra vez esse Plenário de empresários, e conta desde já com o apoio de todos os colegas vereadores para aprovarem essa Emenda da Lei Municipal para que seja beneficiado, mas que também esse benefício chegue ao consumidor quando for comprar o terreno, para que seja mais barato. Agradeceu! Vereador **Paulo Linhares** – cumprimentou a Mesa e todos empresários representantes de classe, destacou que o debate começou bem e depois foi perdendo o foco; os empresários dizem o seguinte, o maior desafio da vida de qualquer pessoa é ser empresário, acredito que seja; mas ressaltou que todo e qualquer profissional sempre vão achar o maior desafio o trabalho em que atuam, e está envolvido, mas isto

é normal. Lamentou profundamente a ausência de três secretários importantíssimos para essa audiência: o Secretário de Gestão Ambiental, que emite a licença ambiental que é alvo de maior atraso, maior entrave aos empresários; o Secretário de Saúde, que emite os alvarás sanitários; o Presidente da EMHUR, que emite os títulos definitivos; parabenizou o Secretário de Finanças que se faz presente. Concordou que a Prefeitura tem que cobrar o habits, é uma segurança, se ela não cobrar estaria abrindo mão do seu poder de polícia, de fiscalização, porque se cair uma edificação e morrer uma pessoa a culpa vai ser da Prefeitura que não liberou o habits e não fiscalizou; com relação à acessibilidade destacou que o prédio da própria Prefeitura não está adequado, pois recente os vereadores tiveram uma reunião no gabinete da Prefeita onde a vereadora Mayra Ferreira não pode participar; se for averiguar afundo nem o prédio da Prefeitura tem título definitivo, é um problema sério que estão enfrentando. Informou que a profissão de político nessa Casa é valorizada e que os empresários não vejam os políticos como adversários, mas como parceiros; estão irmanados para promover justiça social e o bem comum. Sugeriu ao Secretário de Finanças que quando a pessoa recebe o título definitivo da EMHUR, ela seja orientada e bem informada dos caminhos a percorrer para ter seu terreno totalmente legalizado em todos os setores, o que não pode é o cidadão ficar correndo de um departamento para outro. Sugeriu, que a mesma entidade que faz a regularização fundiária deva também fazer o cadastro imobiliário para que o contribuinte vá a um só lugar e resolva a questão. Com relação ao habits disse ter estudado profundamente, pois tinha muita coisa que ainda não entendia; disse que o fato gerador do habits é a comunicação com o empresário informando que terminou a obra, e aí a Prefeitura tem cinco anos para vistoriar, se ela não vistoriar, ela tem a obrigação de emitir o habits, mas não cobrar a taxa do habits; disse que são três regularizações importantes em relação ao término da obra que são: o habits, IPTU e o ISS; o ISS em tese deve ser cobrado de quem construiu o prédio, obviamente que não se pode cobrar o ISS do pedreiro, mas em tese deve-se cobrar do construtor; é fundamental prestar atenção ao tempo, porque depois de cinco anos não pode cobrar o ISS dessa pessoa, decai o direito, porque basta apresentar um laudo do engenheiro e comprovar que a obra tem mais de cinco anos e a pessoa não deve mais pagar o ISS. Deixou um recado a todos os convidados

presentes, que essa Legislatura tem buscado promover a justiça social; ela é o que mais busca a classe política; concorda que os empresários são os maiores geradores de empregos, e tem que ser olhado de forma diferente, com carinho especial; que as Secretarias envolvidas se modernizem e procurem promover maior celeridade aos processos para a liberação dos documentos necessários, para a fundação de uma empresa e o funcionamento da mesma, beneficiando assim os empresários e a população em geral. Finalizou pedindo aos empresários que tenha o político como parceiro, a causa é comum e o objetivo é dar celeridade aos processos, e que a Prefeita cobre da própria Prefeitura o que está cobrando da classe empresarial. Agradeceu! Vereador **Mario Cesar** - cumprimentou a todos, ressaltou a importância do tema desta audiência pública, porque não afeta só os empresários, afeta a população em geral, a dona de casa, o pai de família, que também vai à Secretaria Municipal de Finanças atrás do seu alvará também de funcionamento; não se pode esquecer quem é mais importante nesse contexto, o povo, que paga os vereadores, paga os políticos, e mantém toda a classe empresarial de Boa Vista e de nosso país, a verdade ela toca e silencia. Estão tratando de um assunto importante, trata-se de uma audiência pública para resolver o problema do habits, e tudo que está se fazendo é de acordo com a lei, as leis que foram aprovadas, que penalizam hoje a população, passaram por aqui nas gestões anteriores, foram aprovadas nesta Casa; temos um Código de Postura que está ultrapassado, e está sendo aplicado agora, a Prefeita não tem culpa, porque o Código é da década de setenta; é ultrapassado como a Lei Orgânica do Município, assim como o Regimento Interno da Câmara Municipal que está cheio de falhas. Informou que são prestadores de serviços da população; o assunto é mais abrangente do que se pensa. A Câmara Municipal é um Poder sim, que merece respeito, que merece atenção não se pode criticar por criticar, pois foram eleitos com o voto direto da população, cada um apresentou a sua proposta e quem decidiu foi à população, ninguém está aqui brincando. Disse que está nesta Casa, porque sua batalha política é grande. Disse que sentiu a falta dos vendedores ambulantes, era para estar presente nessa audiência, o representante dos vendedores ambulantes desta capital, pois são eles os penalizados em tudo o que acontece. Informou que tomou conhecimento que já começou o cadastramento dos ambulantes da Praça Mané Garrincha. Com relação ao

habits, no Brasil é o ato administrativo emanado de autoridade competente que autoriza o início da utilização efetiva de construções ou edificações destinadas à habitação, os senhores técnicos são conhecedores dessas informações, mas talvez a dona de casa, o pai de família que está apreciando esta audiência não saiba disso; a lei tem que ser cumprida, os imóveis que não tem a certidão do habits perde o valor na hora da venda, pois estão na condição de irregularidade perante a Prefeitura; perguntou como é que está a fiscalização? Não é só da Prefeitura, dos vereadores, a fiscalização é de todos, dos próprios empresários, dos técnicos que se fazem presente nessa audiência. Frisou que carnês do IPTU não significam que o imóvel esteja regularizado, mas será que a dona de casa sabe disso, o pai de família sabe disso; essas informações não podem ser apenas levadas ao conhecimento da Câmara, das autoridades, e nem só dos empresários; a população tem que ser informada em relação aos seus direitos, porque muitas vezes se é criticado injustamente, porque a própria população não tem a informação que deveria ter na sua casa. Destacou que o alvará sanitário também é um documento importante, e é uma lei. É a Lei Nº 482, 03 de dezembro de 1999, tudo são de acordo com a lei. Falou que sabe das dificuldades da atual administração, a Prefeita recebeu uma herança maldita de cento e oitenta milhões de reais, é uma situação que não se resolve em apenas três meses. É Preciso a união dos vereadores sempre, dos empresários, da população para reconstruir Boa Vista; como disse o empresário Jadir Correa o passado você não pode esquecer, porque é por conta de um erro de uma lei, ou de um passado que o povo é penalizado agora no início de 2013. Finalizou dizendo ninguém consegue viver a margem da política, tudo depende, e vai depender da política, dos poderes constituídos pela população, porque os poderes aqui são constituídos pelo povo, é no Congresso Nacional, na Assembleia e na Câmara; é por aqui que as leis passam; é hora de se unir em prol da população, se colocou a disposição do povo, e agradeceu aos empresários pela paciência! Vereador **Guarda Alexandre** absteve-se do tempo que lhe foi concedido, mas aproveitou para agradecer e parabenizar o nobre colega Edilberto Veras pela audiência pública. Vereador **Mauricélio Fernandes** cumprimentou a todos os presentes, parabenizou o vereador Edilberto Veras, disse que os problemas vão surgindo durante os anos, e o que tem de se fazer é buscar soluções como estão fazendo com a realização desta

audiência pública, com a convocação das entidades envolvidas. Informou que como vereador já vem sofrendo há quatro anos e exatamente três meses, desde a gestão passada com estas questões; do habits, alvará, licença ambiental, vigilância sanitária, sempre foi complexo, sempre correram atrás para sanar os problemas, sem êxito na luta; mas está propondo mudanças, pois se o Código de Postura é de 1974, e já que os vereadores é que fazem as Leis, porque não mudar, alterar, e acrescentar os artigos, quantos forem necessários. Disse que foi e é muito procurado referente a estas questões, para facilitar, ajudar na solicitação destes documentos, e nunca obteve sucesso, porque a própria Prefeitura dificulta essa situação. Informou que está franqueando um Projeto de Lei, não quer ser o pai do Projeto, deu entrada dia 11 de março, mas pediu para aguardar a audiência pública solicitada pelo Vereador Edilberto, na qual iriam discutir com as classes empresariais, associações, com a sociedade para que possam enriquecer o Projeto, enriquecer a facilitação da questão do habits, afirmou que tem de ser dados deveres e obrigações a Prefeitura, pois se os empresários, os comerciantes e os proprietários de residências têm obrigações e deveres, tem de serem passadas obrigações e deveres aos órgãos públicos municipais, pois na Prefeitura tem técnicos, engenheiros que podem oferecer estes serviços os quais podem ser cobrados pela Prefeitura e assim liberar os habits requeridos pelos interessados. Está em Lei que construções com mais de cinco anos, tem direito em adquirir o habits sem pagar os impostos, é só apresentarem as plantas da construção; é necessário delimitar prazos de entrega do habits a partir da data em que derem entrada no pedido do documento; está reivindicando que seja aberto um site na Internet para a emissão dos formulários para seu devido preenchimento e agendamento para entrega do mesmo, em função de agilizar e facilitar a vida do contribuinte. Disse que sua intenção é de contribuir na melhoria do atendimento a população. Sugeriu que seja feito um atendimento priorizado para os donos de escritórios de contabilidade, obrigado!. Vereador **Manoel Neves** parabenizou o Colega Edilberto Veras pela audiência, ao Presidente Léo Rodrigues por ter providenciado juntamente com a Mesa Diretora, prontamente esta audiência, isto é democracia. Cumprimentou a Mesa, todos os convidados e a população presente. Enfatizou a importância de uma audiência pública como esta, se colocou a disposição para

elaborar Projetos e contribuir com o Município, pois sabe da dificuldade que a Prefeita está tendo nesta gestão, parabenizou também os gestores passados, porque estas situações, já se arrastam por muitas gestões. Colocou que é fácil criticar essa gestão passada, mas não devemos, o importante é contribuir com essa nova gestão com projetos, obrigado! Vereador **Flávio do Padre Cícero** cumprimentou a todos, citou que muitas coisas foram ditas; referiu se ao Edimar, disse a ele que ser político não é fácil, e não é para dar nada a ninguém, mas quando se depara com uma situação crítica como um pai de família sem ter o que dar de comer a seus filhos, um remédio, não tem saído acaba dando algo. Afirmou ser conhecedor das dificuldades dos empresários, pois também atuou no ramo empresarial, mas tem tido muita dificuldade como político, e tem aprendido muito com os vereadores reeleitos; esta é hora de união, esta nova gestão tem mostrado para que veio, estão fazendo a diferença; atende a cada classe que os procuram e procurando solucionar os problemas apresentados; afirmou que não se corrompe, que não tem a política como meio de vida e sim um ideal de vida, afirmou que não tem de criticar, tem de se unirem, trabalharem unidos para encontrar solução para os problemas. Reafirmou que todos dependem de política; ou são ou pertencem a algum grupo político. Parabenizou ilustríssimo vereador Edilberto Veras pela iniciativa, e agradeceu. Vereadora **Mayara Ferreira** cumprimentou a todos, parabenizou o vereador Edilberto Veras pela atitude de propiciar este momento para essa discussão, e que vai muito além dos assuntos a serem tratados aqui; disse que vai tratar de um assunto que a sua classe muito precisa, a acessibilidade; relatou que no momento em que foi dito pelo presidente do CREA sobre habits, lembrou de que na Lei existe um artigo que tem a obrigatoriedade da acessibilidade para ser liberado e isso não é cumprido, e daí vem uma decorrência de problemas, citando o Código de Postura de 1974, que nessa época não se tratava desse assunto; deficientes, o Estado de Roraima ainda era Território; enfatizou que essa gestão vem para fazerem reformulações e cabe aos legisladores ajudar fazer as mudanças necessárias, quanto à acessibilidade informou que na Lei Federal, ate os prédios tombados hoje deve e são obrigados a ter acessibilidade. Falou do despreparo dos fiscais que muitas vezes não tem conhecimento suficiente para exercer o trabalho, sugeriu que os servidores sejam capacitados. Reclamou como consumidora, que nos comércios, em quase todos não

se encontra acessibilidade, dificultando assim a vida das pessoas com deficiências físicas. Vereador **Júlio Cézar,** pediu aparte; perguntou ao Secretário Márcio Vinícius, falou para o Secretário que no início, da audiência encontrava-se em suas mãos duas autuações, e agora que saiu do Plenário para dar entrevista, recebeu mais quatro, ao todo são seis autuações, empresas sendo fechadas em vários Bairros da cidade; gostaria de saber o que está acontecendo. **Secretário** – informou que foi levado para o Comitê Técnico do Meio Ambiente da FIER onde faço parte, e existe Assessoria Jurídica e Técnico Ambiental preparando todos esses processos, e foi proposta uma reunião com o Ministério Público, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, para criar um ambiente que dê condições desses empresários que é das oficinas para que dê tempo de recuperar, isso já existe. **Júlio Cézar** – Disse que se preocupa porque tem empresários que foi notificado, autuado e seu estabelecimento fechado no mesmo dia, sua preocupação é porque o indivíduo sem trabalhar não vai ter dinheiro para pagar uma acessória Jurídica, e percebe que como vereador não posso fazer nada, gostaria que saísse desta Casa algum documento que autorizasse esses empresários a abrirem suas oficinas, mas gostaria de contar com a ajuda do Senhor Ricardo Matos, e que em um prazo mínimo se regularizassem. Vereador Edilberto Veras anunciou a presença do Superintendente de gestão Ambiental - Luiz Felipe Gonçalves; o Senhor Presidente convidou o a fazer parte da mesa de trabalhos. Vereadora **Mayara Ferreira** - mostrou se preocupada pela informação que teve na explanação do Ricardo Matos que após cinco anos de IPTUS fica-se isento de ter que solicitar habits novamente, imagine, se já não tinham acessibilidade antes e não passarem por fiscalização, ai é que não vão se regularizarem. Informou que está aqui para se fazer ouvir, e fazer com que as mudanças aconteçam. Solidarizou-se com os donos das oficinas e pediu uma maior atenção, obrigada. Vereador Edilberto Veras em seguida passou a palavra para o Secretário Municipal de Economia, Planejamento e Finanças, senhor **Márcio Vinícius de Souza Almeida** – Cumprimentou a todos, ao Presidente Léo Rodrigues, parabenizou-o e em nome dele cumprimentar os demais vereadores, diz se sentir honrado com a participação nesta audiência, e mais ainda por estar representando a Prefeita Teresa Surita que devido a outros compromissos não pode estar presente a esta Casa. Disse que precisam hoje abrir a consciência, conversar, ouvir e entender

tudo que está se passando no Município, relatou que começaram de uma forma difícil, que teve a honra de ser convidado pela Prefeita para assumir a Secretaria de Economia, Planejamento e Finanças, e a primeira missão delegada foi; Identificar os gargalos e fazer o diagnóstico da Secretaria. Falou que não adianta dizer o que está errado, pois, o que está errado já sabe, o que tem de se fazer é diagnosticar, e apresentar soluções; ainda no mês de janeiro fizeram reunião com todas as confederações e representantes de classes e começaram a ouvir; na primeira semana de janeiro reuniu com todos os fiscais, na segunda semana com os auditores da Fazenda e depois busquei ouvir o externo, saber qual o sentimento de todo contribuinte de fora e não só uma visão de dentro da Secretaria para isso. Dentro de toda essa problemática conseguimos alencar vários pontos de gargalo para incentivar, promover e facilitar a vida do empresário aqui dentro do Município; para se ter ideia o parque tecnológico, o servidor de rede , que armazena os dados do Município hoje de todo IPTU, nota fiscal emitida, exemplificou que caberia no celular que os senhores estão usando, que é do mesmo modelo do seu; informou que já está com uma licitação em andamento para modificar isso, porque causa transtorno e demora no atendimento dos atendentes, disse que recebeu um parque de atendentes em dezembro com seis atendentes lá em baixo para o contribuinte e hoje já estão com doze, onze efetivo e um em treinamento, ampliaram o horário, por determinação da Prefeita, para atender o contribuinte durante oito horas, sendo que a Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças, tem uma particularidade, quando dá meio dia fecha-se a porta, mas o contribuinte que se encontrar dentro da secretaria não sofre interrupção no atendimento, se fizerem uma visita na secretaria notarão que das doze às quatorze horas tem atendente atendendo contribuinte que ainda se encontram na Prefeitura, isso significa que foi ampliado o atendimento para dez horas, com isto em dezembro atenderam três mil e oitocentos e oitenta e três contribuinte e em março atingiram um número de quatro mil novecentos e noventa e três, além desses que são atendidos com senhas, há alguns atendimentos que não há necessidade de senhas. Estão atendendo duzentos e cinquenta pessoas por dia em média, isso vem de um trabalho e também de confiança no direcionamento da Prefeita Teresa, o pessoal está começando a procurar, e já estão identificando e superando alguns gargalos. Só em

termos de alvará que é um dos motivos basilar desta reunião, aumentamos no primeiro trimestre de dois mil e treze em quinhentos por cento; informou que os números são extraídos do sistema de informática da prefeitura de Boa Vista que se encontra instalado hoje e que estava instalado na gestão anterior; no mês de janeiro de dois mil e doze foram emitidos noventa e dois alvarás; em fevereiro três alvarás; em março foram emitidos quatro alvará, o que totalizou noventa e nove alvarás no trimestre; no mês de janeiro de dois mil e treze, cento e setenta e cinco alvarás; em fevereiro cento e noventa; em março duzentos e vinte e dois, isto representa um crescimento em atendimento na ordem de mais de trinta por cento, chegando a totalizar no trimestre quinhentos e oitenta e sete alvarás, de estabelecimentos regularizados; levando a um aumento de quinhentos por cento da emissão no primeiro trimestre, tudo isso em conjunto com outras Secretarias. Está licitando para mudar o parque tecnológico, está tentando acabar com a problemática de o contribuinte ter que ir a vários locais ao mesmo tempo, hoje já se consegue abrir seu processo de alvará de obra na própria Secretaria de Obras, não precisa formalizar na Prefeitura, a Secretaria não tinha cesso a internet, hoje já tem; o próximo passo será a Secretaria do Meio Ambiente onde irão intensificar um treinamento, e colocar pessoal capacitado para formalizar os processos e ir para base, acabar com os trâmites dos processos ir de um lugar para outro e muitas vezes serem extraviados, vão tentar fazer estes procedimentos via protocolo eletrônico para facilitar a vida do cidadão. Ainda há muito que fazer, precisa cada vez mais disponibilizar mais acesso a internet, mas primeiramente precisa resolver o problema do parque tecnológico, que não suporta as informações, mas que com o apoio recebido da Prefeita vão avançar muito neste setor. Diz sentir-se feliz, porque muitos problemas sobre alvará colocados nesta reunião já foram resolvidos, estou aqui hoje para tranquilizá-los e mostrar a vocês que algumas coisas já avançaram. O principal entrave da liberação do comerciante, do pequeno empreendedor era de se chegar ao habits, porque o maior problema é de regularização fundiária; como foi dito pelo Senhor Otoniel que oitenta e cinco por cento da área de Boa Vista não são regularizadas, é através de titulação de terra seja ela pelo município ou pelo governo do Estado, e isto fazia com que o processo parasse na obra, essa pessoa nunca mais ia andar com este habits; mas se reuniram e viram a questão da segurança; diante

desse fato orientou aos fiscais, que vá ao local, fiscalize a obra e faça um relatório dizendo que a obra está em condições, mas não vai ser emitido o habits, por falta de documentação, que é o registro em cartório, que é uma Lei de 1974; e diante disso se sente confortável em emitir o alvará provisório que não é mais por trinta dias e sim de cento e oitenta dias, que será renovado automaticamente caso o contribuinte não dê causa, persistindo a falta de regularização fundiária do Município irão renovar este alvará de seis em seis meses; outro problema muito difícil é a BR que corta o Município, existe um conflito muito grande, afirmou que tem de avançar, mas com segurança; estão emitindo o alvará para os empresários localizados dentro da BR, Avenida Venezuela, da Guiana, Brasil para dar legalidade e deixar que os comerciantes que ali estão estabelecidos há vários anos tenham condições de trabalhar. Recebi vários comerciantes que já estavam entrando na linha de desespero; explicou que a Secretaria de Fazenda fornece a inscrição Estadual, mas se ele não tiver o alvará em algum momento vai ser cancelada essa inscrição, e se tiver alguma mercadoria para receber, a mesma ficará presa na fronteira, nem chegará aqui. Tinham que buscar solução e isto já estão colocando. Pediu a todos um pouco mais de paciência, porque estão se estruturando; capacitando os fiscais, fazendo treinamentos, estão com uma parceria muito importante com o SEBRAE que deu oportunidade de fazer uma visita, onde levou mais três técnicos do quadro, porque está priorizando os estatutários concursados da Secretaria para que o trabalho que inicie tenha continuidade no futuro. Disse que conheceu o BH Resolve ficou encantado um programa excepcional, e tem como meta implantá-lo na Secretaria, já informou a Prefeita. A Secretaria estava funcionando como uma ilha, não tinha mais contato com a Receita Federal, com a REDESIM, com o Governo, com o SEBRAE, enfim todas as outras entidades que defende o pequeno empreendedor, sendo que a Prefeitura é o órgão mais importante nessa linha de comando, não adianta outras entidades interferir, se a Prefeitura não estiver à frente para regularizar, emitir documentos, este pequeno empreendedor terá problema no futuro; informou que já está de volta a REDESIM, conheceu em BH o projeto que vai ser implantado em nove Estados, e o Estado de Roraima está dentro, e a Prefeitura se reintegrou; onde essas licenças que estão tendo dificuldades hoje serão prévias, poderá ser adquirida por meio do computador em casa

pelo contribuinte, como licença ambiental, licença sanitária entre outras, vão ser divididas por grau de risco, grau um, grau dois, que serão decidido pelos técnicos. Reafirmou que o atendimento aumentou muito, e que as portas da Secretaria estão abertas, e se forem maltratados ou tiverem alguma dúvida, podem procurá-lo, caso não possa atender chamará um técnico especializado para orientá-lo; faltam pequenas coisas, falta normatização dos procedimentos, na Secretaria não tem isso; o SEBRAE está sendo uma parceria muito importante, disponibilizando técnicos, onde já fizeram a configuração de como é que devem ir os documentos; vão fazer uma cartilha e disponibilizar na internet, e com esses avanços tem certeza que irão conseguir dar uma melhoria no atendimento muito grande a toda população e aos contribuintes em geral. Vereador **Mauricélio Fernandes** reafirmou seu pedido quanto a priorização dos escritórios de contabilidade; disse que ficou feliz com os avanços na Secretaria de Finanças, e com o pensamento do Secretário de avançar, e é nesse intuito que estão em debates, e que a democracia é feita dessa forma com debates e discussões, afirmou que vão fazer alteração no Código de Postura, e o que for preciso para o Município ir se adequando, dentro do que for possível. Parabenizou-o pelo seu pronunciamento. **Secretário –** respondeu ao vereador Mauricélio, que em parte já está sendo feitos atendimentos diferenciados, a vários tipos de procedimentos e para diferentes tipos de contribuintes; afirmou que quando conseguir melhorar o parque tecnológico com certeza vai começar com o agendamento. Quanto a Lei, já houve algumas mudanças em gestões passadas de alguns dispositivos, mas não foi suficiente, e percebo uma vontade muito grande desta gestão em mudar, só que tem de se mudar o conjunto, para poder trabalhar; disse que estão estudando uma maneira de fazer a mudança de uma forma que venha satisfazer a todos, porque muitas vezes é feita dentro do escritório e não abrange até a ponta. Vereadora **Mayara Ferreira** questionou sobre os guichês prioritários ou exclusivos para atendimentos, que às vezes se tornam mais morosos que os demais, pediu que fosse mais bem estudado para que isso não ocorra. O Secretário informou que está sendo feito um estudo e mapeando os quantitativos de pessoas e qual é o fluxo maior de atendimento, quando percebe se que um determinado caixa destinado a um determinado público está começando gerar fila é liberado outro automaticamente, mas vão precisar de mais algum tempo para

adequar e aumentar o número de atendentes, e dimensionar de uma forma mais correta. Representante da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo – Deputado **Brito Bezerra** disse que acredita ter chegado à chave da questão que é a normatização desses requisitos para ter acesso aos alvarás e o habits, e para isso ser feito a Secretaria de Finanças tem de trabalhar conjuntamente com a Secretaria de Meio Ambiente, de Obras, de Saúde e reunida com a Procuradoria do Município e a EMHUR; essa normatização ser legalizada acompanhada pela Procuradoria, aí sim teriam celeridade no acesso a essa documentação necessária para o empresário trabalhar de uma maneira legal, seria uma força tarefa, flexibilizando esse acesso e atenderia essa demanda que foi objeto desta audiência pública, obrigado! Superintendente de Gestão Ambiental do Município de Boa Vista, senhor **Luiz Felipe Gonçalves** – cumprimentou a todos, ressaltou que estava presente no plenário desde início da audiência; comunicou que ouve alguma confusão, pois a informação que lhe passaram foi de que a audiência seria para tratar do habits e alvarás, e que sua presença era justamente para responder alguma inquietude dos senhores como foi colocado sobre algumas circunstâncias que estão acontecendo sobre a autuação e o embargo de atividades, fez questão de frisar, que são atividades potencialmente poluidoras e degradadoras, não são atividades como uma lotérica, como uma loja de roupa. Estão agindo de acordo com três legislações Federais e uma Municipal. Citou a Legislação Nº 9.605, aonde fala que qualquer empreendimento que exerça uma função de potencial poluidor e degradador, ela tem que estar licenciada de acordo com a Lei Municipal Nº 513, e com o Decreto Nº 6.514; acontece que quando o fiscal se depara com irregularidades nessas atividades ele não pode prevaricar, e trazer para ele a responsabilidade de não multar, porque a Lei é bem clara, se ele vê e não embarga, ressaltou que embargo é uma ferramenta para tornar possível que aquela atividade se torne uma atividade passível de ser uma atividade que não vai estar prejudicando. Comunicou que já está a seis anos morando nessa capital, retornando a administração pública depois de dois anos fora; sua gestão tem como meta trazer para a população o melhor serviço; enfatizou que já foi consultor ambiental, e esse problema da licença ambiental, já vem enfrentando desde quando foi implantada esta Secretaria de Gestão Ambiental; falou que essa Secretaria merece uma estrutura a mais, porque está

vigilano todo o solo do Município de Boa Vista, zona rural e zona urbana. Esclareceu que hoje, a frente das autuações está sendo as oficinas mecânicas, lanternagem e pintura porque elas geram um resíduo muito nocivo à saúde; disse que qualquer um que tiver umas dessas oficinas do lado de sua casa, como vizinha, com certeza denunciará, porque muitas vezes os respingos de tinta incomodam, ou é o óleo sendo jogado diretamente no solo, e isso ninguém pondera. Está gerando emprego, tudo bem, mas isso é o lado sócio ambiental; a sustentabilidade ela tem três viés, o econômico, o social e o ambiental. E se o ambiental não está indo bem, os demais não vão bem; frisou que esses que estão sendo penalizados, estão com o mecanismo de não deixar eles embargados esses três ou quatro meses, até conseguir o licenciamento ambiental, como que está acontecendo a tempo, após embargo está fazendo uma vistoria, eles entram com um protocolo de licença ambiental, passando-se três dias há uma vistoria técnica dos fiscais, os espaço in loco, o meio físico estando certo, antes da licença de operação que é de quatro anos, é liberado uma licença especial, fazendo com que ele a se renove de trinta em trinta dias pensando em não prejudica mais o cidadão. Disse que essas leis ambientais já estão em vigor a mais de dez anos; a lei ambiental é para todos; a gestão passada fechou os olhos para as multas. Está iniciando essa nova gestão com uma nova cultura, porque se o fiscal não multar ele prevarica; salientou que está exercendo o papel de fiscalizador, e todos estão sendo bem tratados; nada está acontecendo de forma tumultuada; tem procurado explicar para os donos de oficinas que existem três resoluções, e se o fiscal prevaricar ele vai responder por aquele crime. Disse que já estão criando a licença ambiental corretiva, mas para isso estão estruturando a Secretaria, porque depois que for criado isso muitos que não estão sendo licenciados virão até esta Secretaria, e aí é preciso primeiro estar estruturado para poder depois abrir todo esse viés para a legalidade. Vereador **Paulo Linhares** pediu a palavra para dizer ao Superintendente que sabe da sua competência e sua intenção, mas o que estão questionando, e talvez até discordando, é que primeiro está se fechando as oficinas, não se notifica, não se dá um prazo para que a pessoa faça um plano de controle ambiental, ressaltou que tem oficina que já vem funcionando assim a vinte anos, existem carros de clientes lá; é uma situação inconveniente para os proprietários desses veículos ter a oficina fechada e de

ficar aguardando até se resolver a questão da licença ambiental; sugeriu que faça um termo de ajustamento de conduta e dê um prazo para que a pessoa faça um plano de controle ambiental. Disse que acima da lei está o bom senso e a Câmara está aí para regular essas relações. É importante juntar Ministério Público, a Câmara e trazer para as discussões. Novamente frisou não concordar com o fechamento do estabelecimento assim de forma abrupta, assim como foi feita com os camelôs; notifica, dá tempo, faz o plano de controle, aí dentro de seis meses a pessoa se regulariza. O Superintendente explicou que de acordo com a legislação, para ser advertido o crime tem que ser de menor poluidor, quando o valor da multa é de até mil reais, que não é o caso das oficinas, onde a multa ultrapassa esse valor, e os fiscais não podem prevaricar. Vereador **Paulo Linhares** disse que o termo ajuste de conduta é para isso, para ajustar a conduta. **Superintendente** continuou dizendo que estão emitindo uma declaração para que os clientes que estão com carro dentro desses estabelecimentos que foram embargados, não sejam prejudicados, ou seja, ele sai com uma declaração que aquele carro, ou aqueles itens, porta, esquadria, ou que for, está lá para ser entregue, e o proprietário da oficina tem um tempo hábil para entregar; esta declaração é o próprio Superintendente que está fazendo, declarando que eles, os donos de oficinas, podem pegar aqueles carros que estão ali e dar finalização da sua mecânica ou ajuste necessário, isso é o bom senso. Salientou que a Legislação Ambiental se for investigar mais a fundo, ela abre espaço tanto para advertência, como abre espaço para prevaricação se o fiscal não fizer; hoje os fiscais tem uma cultura que tem de fazer se não o Ministério Público vem e faz; também existe a pontuação, porque antes os fiscais ganhavam o mesmo valor, fazendo dois ou três trabalhos e os outros que faziam tudo, exatamente o que o executivo da Secretaria passa para ser feito, eles estavam recebendo o mesmo salário, então a forma de eles realmente buscar aquele salário e se responsabilizar por aquilo que eles estão ganhando, ou seja, é uma forma de equiparar, quem quiser ganhar um pouco mais tem de buscar; há vários tipos de pontuações no quadro de atividades de licenciamento ambiental, onde se pontua mais ou menos. É isso que agora estão debatendo, trazendo a sistematização e regulamentação para dentro da Secretaria, tudo com a orientação e acompanhamento de uma assessoria jurídica; em virtude do tempo já ter se esgotado, agradeceu o

oportunidade! Senhor **Edilberto Veras** comentou que o exemplo tem de começar de casa, citou o Aterro Sanitário que está poluindo os rios, porque é que não fecham; a oficina da Prefeitura também; disse é inaceitável querer criar neste Município a indústria da multa, precisam rever essa situação. Disse que nesta audiência pública tiveram a oportunidade de se expressar pela sociedade civil e as entidades privadas; são muitos os descontentamentos, e o Poder Público tem que estar sensível a estas questões apresentadas, se não estarão colocando famílias para a rua, e amanhã vão ter de criar marginais; solicitou aos representantes de classe que lhe encaminhe as propostas e sugestões para que possam sentar com o Secretário Municipal de Finanças, porque nesta secretaria está sendo discutidas muitas coisas e a Câmara também quer participar, e em uma data próxima e adequada se reunirão com outras Secretarias indicadas, dessa forma contribuindo com as entidades de classe. Vereador **Mario Cesar** sugeriu ao vereador Edilberto que se formasse uma grande comissão com o CREA, e os empresários para ver a questão do Código de Postura que já está ultrapassado, era esse o apelo que gostaria de fazer. Vereador **Paulo Linhares** aproveitou para propor que o Ministério Público faça um termo de ajustamento de conduta junto a Secretaria de Meio Ambiente, para que a Secretaria possa trabalhar na legalidade, e os fiscais não prevariquem, e para que o empresário possa trabalhar na legalidade, disse que pode sair desta audiência uma carta de tensão dessa proposição da Câmara de um termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público, a Prefeitura e sociedade civil, dando prazo; disse ter certeza que o fiscal vai trabalhar na legalidade e o empresário vai ter um tempo para corrigir seu empreendimento. Vereador **Edilberto Veras** agradeceu ao Presidente Léo Rodrigues pelo o apoio total a essa audiência pública, e a todas as entidades de classe, que vieram manifestar suas necessidades, em seguida passou a palavra ao Presidente Léo Rodrigues para fazer as considerações finais. Presidente **Léo Rodrigues** - cumprimentou a todos os presentes, ressaltou a importância dos empresários para a economia local. Somos um Estado onde a participação da classe empresarial no PIB ainda é muito pequena por sermos um Estado com predominância do Poder Público na economia, ainda respondendo por quase sessenta por cento do PIB. Sonho como todos os que escolheram Roraima para construir suas vidas, com um Estado forte, onde a iniciativa

privada dite as regras, pois não podemos continuar vivendo apenas em torno do serviço público. Nossos jovens têm que deixar de lado o exclusivo sonho de serem servidores públicos e começar a pensar em disputar espaço na iniciativa privada. Temos que sair da cultura da indicação para assumir o respeito ao mérito e a competência. Meus caros empresários e representantes de instituições de fomento ao empreendedorismo, onde todos os que já passaram, estiveram e estão presentes, colegas e amigos vereadores e demais presentes, temos um país que está no topo dos que abrem empresas por necessidade e nos distanciamos cada vez dos países que lideram o empreendedorismo por responsabilidade ou mais conhecido como empreendedorismo consciente. Isso significa que a taxa de mortalidade de nossas empresas só tende a crescer e esse dado precisa ser avaliado com muito cuidado. Temos iniciativas visionárias trazidas pelo sistema S (SEBRAE, FIER, ACIR, CDL e outras tantas instituições) como consultorias empresariais, pesquisas de mercado, prospecções e apoio na busca de novos mercados. O Governo do Estado possui programas de incentivo como é o caso do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, e está sim, preocupado com a situação de nossos empresários que abrem suas empresas todos os dias mesmo num mercado pequeno e retraído. A Prefeitura Municipal tem mantido um canal de comunicação aberto com a Câmara e tenham certeza suas demandas chegarão ao conhecimento da prefeita, mas dando prioridade a solução e não ao problema. Quero dizer com isso que seremos um dos elos entre a classe empresarial e o Poder Público. Iniciativas como essa do nosso amigo vereador Edilberto Veras é a prova cabal de que para solucionar problemas ainda não inventaram nada melhor do que o diálogo, e tenham certeza serei um parlamentar que estarei atento às demandas oriundas dos nossos empresários, e a Câmara Municipal juntamente com todos os meus amigos vereadores estaremos prontos a conversas, buscar soluções, conciliar situações e defender a classe que é a grande responsável pela sustentabilidade financeira de nosso país. A Câmara Municipal de Boa Vista sentiu-se honrada em poder ter recebido tantos empresários e representantes de classe para discutir, ou melhor, conversarmos sobre assuntos de interesse da nossa população, não só da classe empresarial, mas assuntos de interesse de todos nós, pois eu como todos os demais vereadores vejo em vocês a redenção para o futuro de

nosso Estado e do Brasil. O senhor Presidente agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar encerrou a Audiência Pública. Plenário **"Estácio Pereira de Mello"**, Boa Vista/RR, onze de abril de dois mil e treze. XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Leonardo Rodrigues Moreira
Presidente

Júlio Cezar Medeiros Lima
1º Secretário